

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Reforma eleitoral em debate enfraquecerá a democracia

Propostas põem em risco avanços sobre os quais nem colhemos os frutos

Mônica Sodré

Cientista política e diretora executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps)

A maneira com que países convertem votos em cadeiras tem implicações e consequências importantes para a democracia, uma vez que determinam quais grupos ou perfis terão assentos nos Legislativos para a tomada de decisões de grande impacto na vida da população. No Brasil, a alteração dessas regras está novamente em debate no Congresso. Convém lembrar que, desde 1988, nunca disputamos uma eleição com base nas mesmas regras da anterior. Em 2022 não será diferente.

Atualmente, potenciais mudanças estão em discussão na Câmara dos Deputados, por meio da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional 125/2011, conhecida como PEC do Sistema Eleitoral, e pelo retorno do debate sobre a PEC 135/2019, a PEC do Voto Impresso, que conta com apoio do presidente Jair Bolsonaro e de sua base mais radical. As propostas colocam em risco avanços recentes da nossa democracia e sobre os quais sequer começamos a colher os frutos.

Não há sistema eleitoral ideal e, por todo o mundo, países buscam garantir duas características: governabilidade e representação. De um lado, os sistemas eleitorais do tipo proporcional, como o que regula as eleições brasileiras para as Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados, resultam em Parlamntos mais plúres e diversos, o que torna a governabilidade um pouco menor. Por outro lado, sistemas majoritários, como o que regula a eleição brasileira para o Senado Federal e que opera a partir da lógica de "o vencedor leva tudo", acabam por originar Parlamntos com menor número de partidos representados. Sacrificase, nesse caso, a representação em nome da governabilidade.

No Brasil, a Constituição de 1988

quis que lógicas distintas regulassem as eleições de Câmara dos Deputados e Senado Federal, garantindo que os dois sistemas tivessem lugar em nossa democracia. A Casa que representa o povo garantiu-se a pluralidade do sistema proporcional. A Casa que representa os estados, menor número de representantes, menor número de partidos políticos e maior governabilidade.

A primeira grande mudança em discussão hoje gira em torno da implementação do chamado "distrito" para a eleição da Câmara dos Deputados. Além de não ser empregado em quase lugar nenhum do mundo, trata-se de um sistema que não vai baratear as campanhas eleitorais e tem, como consequência, o enfraquecimento dos partidos políticos, uma vez que torna as eleições ainda

mais personalistas. Também torna mais difícil a eleição de grupos sub-representados politicamente, como mulheres e negros.

A segunda discussão presente na Câmara pretende acabar com a cláusula de desempenho e permitir a volta das coligações das eleições proporcionais. Ambas são importantes, mas a cláusula de barreira talvez seja a mais significativa, pois busca reduzir o número de partidos efetivos com assento no Parlamento por meio de uma "nota de corte progressiva", ainda que preservando o sistema proporcional. Já o fim das coligações serve justamente para evitar distorções na representação, impedindo que um cidadão vote num candidato(a) alinhado a determinado conteúdo programático e eleja outro representante, de partido e ideologia distintos de outras legendas coligadas.

Por fim, a mudança mais polêmica é a PEC que prevê o retorno do voto impresso, que parecia tema superado no Brasil. A iniciativa é um retrocesso do ponto de vista eleitoral e coloca em dúvida o rigor e a lisura das urnas, sobretudo porque não há motivos para desconfiar do método atual. Com a volta dos votos em papel, poderemos ver favorecidas práticas clientelistas e criminosas de outrora.

No momento em que nossas instituições encontram-se fragilizadas, com ataque aos Poderes, disseminação de notícias falsas e declarações antecipadas de não aceitação dos resultados eleitorais, essas propostas em discussão no Congresso Nacional não ajudarão a resolver a distância que existe hoje entre eleitores e representados ou a produzir melhores resultados da tomada de decisão. As medidas vão na contramão disso, enfraquecendo nossa democracia.

[...]
No momento em que nossas instituições encontram-se fragilizadas, com ataque aos Poderes, disseminação de notícias falsas e declarações antecipadas de não aceitação dos resultados eleitorais, essas propostas em discussão no Congresso não ajudarão a resolver a distância que existe hoje entre eleitores e representados

15 anos dos 'Crimes de Maio'

Qualquer semelhança com a chacina do Jacarezinho não é mera coincidência

Fernanda Penteado Balera e Leticia Marquez de Avelar

Coordenadoras auxiliares do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo

Entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, ao menos 564 pessoas foram mortas e no ficaram feridas por armas de fogo no estado de São Paulo, conforme dados contidos em pesquisa da UERJ de 2008, no episódio que ficou conhecido como "Crimes de Maio".

Passados 15 anos, diversos estudos que contaram, inclusive, com análise pericial dos corpos, chegaram à mesma conclusão: sob a justificativa de "repressão ao crime" praticada por uma facção criminosa, houve uma onda de violência estatal contra pessoas negras, jovens e periféricas que morreram por ação direta da polícia (nos chamados "autos de resistência") e em razão da atuação de grupos de extermínio, com indicio de participação de policiais e ex-policiais (as chamadas chacinas ou execuções sumárias).

Qualquer semelhança dessa narrativa com a da chacina do Jacarezinho não é mera coincidência. Ao contrário, apenas demonstra como a violência de Estado no Brasil é estrutural e fruto de um sistema profundamente desigual, racista e autoritário, em que uma significativa parcela da população não tem acesso aos direitos mais básicos.

No mesmo ano dos "Crimes de Maio" foi criada no estado de São Paulo a Defensoria Pública, instituição que tem como missão constitucional, justamente, a de promover o acesso da população mais vulne-

rável à Justiça. Sendo a investigação de graves violações de direitos humanos um aspecto fundamental do acesso à Justiça, logo nos anos iniciais de criação a Defensoria foi procurada pelo movimento das mães e familiares das vítimas daqueles crimes, que reivindicavam atuação em razão da impunidade que caracteriza os delitos praticados por agentes estatais. Impulsionado pelas "Mães de Maio", o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos passou a atuar na defesa dessas vítimas em diversas esferas. Além de requerimentos de desarquivamento de inquéritos po-

liciais, em 2010 foram propostas oito ações cíveis de indenização por danos morais e materiais contra o estado de São Paulo. No mesmo ano, em conjunto com as "Mães de Maio" e outras entidades da sociedade civil, foi feito pedido de "federalização" das investigações à Procuradoria-Geral da República.

Posteriormente, em 2015, foi apresentada denúncia contra o Estado brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e, em 2018, houve ingresso em ação civil pública que busca o reconhecimento do direito à verdade e à memória e de reparação das vítimas.

Infelizmente, nenhuma dessas ações foi capaz, até agora, de garantir o que as mães e familiares buscam: a responsabilização do Estado e de seus agentes queridos e respostas efetivas para que violações como essa não se repitam.

Apesar desse triste cenário, a força das mães e dos movimentos sociais, que insistem em "tocar o sino" de que nos contou Saramago e anunciar que "a Justiça está morta", foi e é essencial para a consolidação do trabalho da Defensoria Pública em favor das vítimas de violência. Também nos motiva a apressar a nossa atuação, para que seja pautada pela escuta e busca de redução das desigualdades sociais e a efetividade dos direitos humanos.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O ex-ministro da Saúde general Eduardo Pazuello durante depoimento na CPI da Covid no Senado, na quarta-feira (19) Sergio Lima/AFP

CPI da Covid

Excelente a foto de Pazuello na primeira página da Folha nesta quinta (20). Como diria um famoso ditado: mais vale uma imagem do que mil palavras. Pazuello pode ter se esquivado das perguntas da CPI, mas a máscara cobrindo apenas seu nariz mostrou que somos um país de 210 milhões de palhaços.
Ricardo Bertini Filho (Jaguariúna, SP)

Estou boquiaberta com a participação da bancada feminina na CPI da Covid. Raciocínio, clareza e coragem. Excelente!
Célia Maria Benati Veríssimo (Americana, SP)

O cinismo e as mentiras de um general do Exército Brasileiro indicam que passou da hora da volta dos militares para a caserna, de onde não deveriam ter saído. Os militares no governo estão enlameados as nossas FFAA.
Flávio Rodrigues (São Paulo)

A CPI da Covid não é um questionamento para apurar a verdade. É um longo interrogatório, com perguntas repetitivas e maçantes, que se preocupa com detalhes insignificantes. O objetivo não é saber a verdade, mas impor a verdade dos componentes da CPI, às vezes até extrapolando, com voz de prisão. É um autêntico reality show, bancado por nós, contribuintes.
Humberto Schwartz Soares (Vila Velha, ES)

OSTF poderia deixar claro, enquanto o Legislativo não estabelece um regulamento, que qualquer agente público que se manifeste em redes sociais é responsável juridicamente por esse pronunciamento.
Maria Elza Sigrist (Campinas, SP)

Guisado à moda bolsonariana

Ingredientes: um genocida, milicianos e filhos inescrupulosos. Modo de fazer: Pegue um genocida com perfil de atleta escolhido entre maus militares. Deixe de molho por 27 anos no Congresso. Aproveite os maus deputados para temperar o molho. Misture de rachadinhas e funcionários fantasmas. Acrescente má educação, grosserias, xingamentos e mentiras. Tempere com bastante ódio, rancor e violência. Cozinhe em panela tática. Não use comedimento.
Mauro Lacerda de Ávila (São Paulo, SP)

Impeachment

A Folha veio de tarja preta e sugeriu o impeachment de Fernando Collor de Melo por acusações muito menos graves do que as que vemos contra o atual governo. Eu parableno o jornal pela campanha Amarelo pela Democracia, mas já passou da hora de vir com a tarja preta do impeachment do Bolsonaro, porque está em xeque a nossa frágil democracia com a continuidade desses milicianos no poder.
Pedro Valentim (Bauru, SP)

2022

"FHC diz que votaria em Lula em segundo turno contra Bolsonaro, e petista elogia tucano" (Poder, 25/5). Qualquer declaração de FHC, o pai da maldita reeleição, é igual a arquiteto falando de física quântica, ou seja, não tem nenhuma credibilidade ou importância.
Marcos Serra (Porto Alegre, RS)

Mas em 2018 FHC lavou as mãos. Essa atitude vai ficar para sempre na sua biografia.
Arthur Danton (Porto Alegre, RS)

Não votar em Bolsonaro é uma opção aceitável, mas votar em Lula é ser amnésico.
Tomás de Aquino Portes e Castro (Goiânia, GO)

Ex-centrão

"Após ligar centrão a ladrões, general Heleno agora diz que mudou de opinião e que bloco nem sequer existe" (Poder, 20/5). Mais um a deslustrar o "meu Exército". Assim não tem boa imagem que resista incólume.
Carlos Roberto de Moura Costa (Araçaju, SE)

Heleno é o Pantaleão, personagem de Chico Anysio que tinha prazer em ser um mentiroso. E esse é o preceito básico para uma mentira pegar. Pantaleão contava seus casos fabulosos e sua esposa, Terta, depois perguntava se era mentira. Cada um a acredita no que quer. Essa é a verdade soberana
Luiz Almeida (Curitiba, PR)

O modus operandi da quadrilha composta por militares e bolsonaristas é o mesmo: mentem descaradamente num dia e logo a seguir desmentem a mentira. Pazuello na CPI está utilizando esse mesmo roteiro. Falta-lhes coragem para assumir seus atos e palavras
Luís Sa (João Pessoa, PB)

Quanto vale a palavra do novo generalato da "nova política"? Seja de Pazuello, general da ativa, seja de Heleno, general da reserva?
Alberto A. Neto (Fortaleza, CE)

Redes sociais

"Bolsonaro prepara decreto, considerando ilegal, para limitar retirada de posts e perfis das redes sociais" (Poder, 20/5). Para um governo que diz o tempo todo ser "liberal" e estar sempre a favor da liberdade de mercado, este interfere muito e tem pretensões de interferir ainda mais. Não são fiéis nem aquilo que pregam.
Lucas Machado (Erechim, RS)

Bolsonaro só defende as liberdades individuais se for para ele e sua turma as exercerem de forma mórbida, repugnante e patológica, a ponto de deturpar o exercício do direito que estiver em apreço. To do mundo sabe que ele gosta mesmo é de ditadura.
Allison Luan (Santana de Parnaíba, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (20.MAI, PÁG. A18) A foto que acompanhou a reportagem "França libera áreas externas de cafés e museus" não foi feita em Paris; a imagem mostra pessoas em um bar na ilha de Belle-Île-en-Mer, no litoral atlântico da França.

COTIDIANO (19.MAI, PÁG. B6) Diferentemente do publicado na nota "O apelido no lugar do nome", a mudança de nome para inclusão de apelido público ou para substituição por ele só pode ser feita por via judicial.